

MERCADOS

Bovespa registra primeira alta semanal em mais de 2 meses

CAROLINE ARAGAKI/AE

Após volatilidade até o início da tarde, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acabou firmando leve queda nos encerramento dos negócios desta sexta-feira. Os investidores adotaram posição defensiva antes do final de semana, mediante embate de narrativas entre Estados Unidos e Irã quanto a um acordo para encerrar a guerra, além de desconforto com a inflação acima do esperado em maio - o que pode se refletir em uma postura mais cautelosa por parte do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana que vem e, na esteira, penalizar o resultado corporativo das empresas. Apesar da queda nesta sexta, o índice valorizou 1,25% na semana, testando recuperação após oito semanas consecutivas de baixa.

Já os índices de Nova York conseguiram subir em bloco nesta sexta-feira, com destaque para a ação da SpaceX chegando a um salto de 25% em sua estreia na Nasdaq. Neste sentido, parte do fluxo que poderia vir para a B3 também é esvaído para as ações de tecnologia.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,21%, aos 171.132,66 pontos, após mínima aos 169.992,77 pontos (-0,88%) e máxima aos 172.544,54 (+0,61%) pela manhã. Com a alta de 1,25% na semana, diluiu as perdas do mês para 1,53%, ainda man-

tendo ganho de 6,21% no ano de 2026.

Entre os carros-chefe da B3 nesta sexta, Petrobras cedeu mais de 3% nesta sexta, acompanhando desempenho do petróleo, enquanto Vale e a maior parte dos grandes bancos tiveram alta reduzida, menor que 1% - a exceção ficou para queda de 0,15% da Unit do Santander Brasil.

Por mais que os preços do petróleo tenham recuado mais de 3% nesta sexta, o conflito no Oriente Médio ainda não é página virada. Na quinta, o presidente dos EUA, Donald Trump, até chegou a animar os mercados ao afirmar que os pontos finais de um acordo já haviam sido aprovados por todas as partes envolvidas e que sua assinatura ocorreria em breve, possivelmente até o fim de semana.

DÓLAR

O dólar apresentou queda firme nesta sexta-feira, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior, mas se manteve acima da linha de R\$ 5,05.

Com mínima de R\$ 5,0584, à tarde, o dólar à vista fechou em baixa de 0,79%, a R\$ 5,0615, acumulando queda de 1,86% na semana.

A divisa ainda avança 0,37% em junho, após valorização de 1,82% em maio. No ano, a moeda norte-americana recua 7,79% frente ao real, que apresenta ganhos inferiores em 2026 apenas aos do rublo russo e do novo shekel israelense.

IBGE

Inflação de maio fica em 0,58%, puxada por preço de alimentos

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O preço dos alimentos pressionou o bolso dos brasileiros em maio e representou metade da inflação, que variou 0,58%, no mês passado.

O resultado mostra que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) perdeu força em relação aos dois meses anteriores. Entretanto, fez com que o acumulado de 12 meses chegasse a 4,72%, saindo do limite de tolerância estipulado pelo governo.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). O teto é descumprido se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

A última vez que o acumulado de 12 meses ficou fora do limite havia sido em outubro de 2025, quando marcou 4,68%.

Veja o comportamento da in-

flação mensal ao longo de 2026:

- Maio: 0,58%
- Abril: 0,67%
- Março: 0,88%
- Fevereiro: 0,70%
- Janeiro: 0,33%

O IPCA de maio veio acima da estimativa do mercado. O Boletim Focus da última segunda-feira (8), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projeta que a inflação de maio ficaria em 0,48%. Para o fim de 2026, o mercado projeta 5,11%.

ALIMENTOS

O IBGE apura o comportamento de nove grupos de preços. O que mais subiu foi o de alimentação e bebidas, com alta de 1,33%. Isso representa impacto de 0,29 ponto percentual no IPCA do mês, ou seja, metade da inflação de maio.

Itens que mais impactaram o índice:

- batata-inglesa (+44,69% e impacto de 0,09 p.p.);
- tomate (20,62% e 0,06 p.p.);
- carnes (+1,39% e 0,04 p.p.);
- cebola (+16,80% e 0,02 p.p.).

Maio foi o terceiro mês seguido com a inflação dos alimentos acima de 1%. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o grupo alimentação e bebida sobe 4,81%.

Observando especificamente para meses de maio, a taxa de 2026 (1,33%) é a maior desde 2015 (1,37%).

O gerente da pesquisa, Fer-

nando Gonçalves, aponta que a alta dos alimentos é explicada por menor oferta de alguns produtos e preço do frete. "A gente usa muito frete rodoviário."

Gonçalves acrescenta que a alta no preço dos fertilizantes - reflexo do conflito no Oriente Médio - também pode ter onerado o custo da produção de alimentos e sido repassado para o consumidor. Se o grupo fosse retirado do cálculo do IPCA, a inflação de maio teria sido 0,37%.

ENERGIA ELÉTRICA

O segundo grupo que mais pressionou a inflação foi o da habitação, que subiu 1,22% e representou impacto de 0,18%. A explicação está no preço da energia elétrica residencial, com alta de 3,67%. A conta de luz foi o custo individual que mais elevou a inflação no mês passado, com impacto de 0,15 p.p.

O especialista justifica que a conta pesou mais no bolso por causa da implementação da bandeira tarifária amarela, que representa acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (kwh) consumidos. Para junho, também está valendo a bandeira amarela.

Além disso, o IBGE monitorou reajustes contratuais na conta de luz em seis regiões: Aracaju, Fortaleza, Salvador, Campo Grande, Recife e Belo Horizonte. O IPCA é um índice nacional, mas os impactos re-

gionais entram na média da inflação do país.

ALÍVIO

O grupo transportes foi o único com deflação (queda média de preços) no mês, recuando 0,46%. A explicação está no preço dos combustíveis (-1,95%), que aliviaram o custo de reabastecimento.

- etanol: -6,20%
- óleo diesel: -2,34%
- gasolina: -1,46%

A gasolina foi o produto que mais puxou a inflação para baixo em todo o IPCA de maio (impacto de -0,08 p.p.).

O gás veicular fez o movimento inverso: alta de 5,81% em maio.

DISTRIBUIÇÃO

O índice de difusão, que verifica o quanto a inflação está distribuída, mostra que 65% dos 377 produtos e serviços pesquisados tiveram alta de preços em maio.

O IBGE desagrega o IPCA em dois grupos, o de serviços, que traz os preços que sofrem mais influência do aquecimento ou esfriamento da economia - ou seja, mais suscetíveis à taxa básica de juros, a Selic - e o de preços monitorados, que costumam ser controlados por contratos, e os combustíveis.

Em maio, o grupo de serviços teve inflação de 0,40%, somando 5,97% em 12 meses. O grupo monitorados ficou em 0,43% no mês e 5,85% em 12 meses.

PLATAFORMAS

OIT aprova acordo por condições decentes a trabalhadores de apps

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Os estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovaram, nesta sexta-feira, um inédito acordo para promover o trabalho decente nas plataformas digitais.

A nova Convenção Internacional Sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas é uma tentativa da OIT de estabelecer um primeiro conjunto de regras mínimas globais para proteger prestadores de serviço contratados por meio de aplicativos digitais que conectam clientes a profissionais autônomos.

O texto aprovado define o conceito de plataformas digitais de trabalho, bem como o de trabalhadores destes aplicativos. Estabelece diretrizes para garantir os direitos dos trabalhadores, aplicáveis a todas as empresas que operem nos países que ratificarem a adesão à convenção, além de admitir que, embora gere oportunidades de emprego e renda, a modalidade de trabalho também produz desafios socioeconômicos que precisam ser enfrentados em nível mundial.

Os signatários do acordo deverão respeitar e promover, entre o segmento, as liberdades de associação e sindical e o direito à negociação coletiva

e às condições de trabalho seguro e saudável, buscando prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Também devem possibilitar que todo profissional receba ao menos o equivalente a um salário mínimo local, sem levar em conta eventuais gorjetas ou comissões.

Os estados-membros que ratificarem o acordo também se comprometem a adotar as ações necessárias para eliminar, da Economia de Plataformas, as formas de trabalho infantil, degradante e análogo à escravidão e toda forma de discriminação ocupacional. E a promover mecanismos para contestação de decisões e a estabelecer a obrigatoriedade de os trabalhadores serem de alguma forma compensados por eventuais gastos relacionados à prestação do serviço ofertado.

"Este é um momento histórico", informou a OIT, ao se referir ao texto aprovado esta manhã, pouco antes do encerramento da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça.

"Esta primeira norma internacional do trabalho sobre a economia de plataformas representa um passo importante para abordar um segmento do mundo do trabalho em rápida evolução", acrescentou a organização.

MONTADORAS

Produção de veículos acumula 7,1% de aumento em relação a 2025

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) divulgou os dados de produção e vendas para o mês de maio. Foram fabricados 253,5 mil veículos e emplacados 274,7 mil. O único segmento que não apresentou alta foi o de caminhões e ônibus, para o qual há expectativa de aumento de vendas com os subsídios do programa Move Brasil 2.

Segundo a entidade, o índice representa alta de 15,2% quando comparado com o mês de maio de 2025 e foi o melhor resultado para um mês desde 2019. Com 1,1 milhão de unidades produzidas, se registrou também uma alta de 7,1% sobre os cinco primeiros meses de 2025.

"A força desse ritmo produtivo vem da alta nas vendas de automóveis (+21,5%), o que inclui

o bom desempenho dos carros de entrada com o programa Carro Sustentável. Comerciais leves, como picapes, vans e furgões, também vêm crescendo (+7,7%), enquanto os caminhões (-15,1%) e os ônibus (-16,3%) ainda estão em queda", indicou a análise do setor.

O aumento dos preços globais de combustíveis tem se apresentado como um fator econômico preocupante, pois aumentam os custos de produção e acumulam na ponta da cadeia, nos consumidores, pressionando a inflação e o ritmo da queda de juros por parte do Banco Central, avaliou a Anfavea.

VENDAS

O mês de maio teve a melhor média diária de vendas desde dezembro de 2014, com 13,7 mil automóveis (soma de leves e pesados) vendidos por dia. Os empla-

camentos totais em maio foram de 274,7 mil unidades, 21,7% a mais do que o vendido em maio do ano passado. O acumulado das vendas também superou o marco simbólico de 1 milhão de unidades um mês antes de 2025, com 1.148,2 mil unidades, crescimento acumulado de 16,4%.

Os fabricantes apontaram a alta das vendas dos veículos eletrificados (elétricos, híbridos e híbridos plug-in) como uma parcela relevante desse resultado positivo. A participação do segmento passou de 10,6% em junho de 2025 para 19,5% em maio. Foi o mês com maior venda de elétricos puros, chegando a 21 mil unidades, enquanto a soma dos híbridos vendidos foi 30,7 mil.

EXPORTAÇÕES

As vendas para o exterior em 2026 têm tido queda expressiva,

principalmente para os parceiros da América do Sul. O principal parceiro continua sendo a Argentina, que comprou 89,6 mil unidades, recuo de 33,3%. Os mexicanos compraram 31,6 mil unidades, recuo de 0,5% e os colombianos 17,7 mil, aumento de 14,5%. As vendas também caíram para o Chile (-19,6%) e para o Uruguai (-34,5%), parceiros que compraram menos de 10 mil veículos cada.

O principal fornecedor de veículos para o mercado brasileiro em 2026 passou a ser a China, de quem importamos 108,4 mil unidades entre janeiro e maio, alta de 86,6%. Os modelos argentinos recuaram, 16,8%, com um total 71,3 mil. As vendas de importados em maio foram de 55 mil unidades, totalizando 223 mil nos cinco primeiros meses, elevação de 17,4%, mais que o dobro da venda de nacionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Lula reclama da lentidão na execução de projetos

GABRIEL MÁXIMO E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reclamou nesta sexta-feira, a lentidão para implementação de políticas públicas de seu governo. A declaração foi dada ao lado do presidente da Caixa, Carlos Vieira, durante o anúncio da seleção do programa

Minha Casa, Minha Vida nas modalidades Rural e Entidades, no Palácio do Planalto.

"Nós aprovamos esses dias R\$ 30 bilhões para reforma de casas. Sabe o que acontece? Desde novembro, nós ainda não gastamos nem R\$ 1 bilhão. Ou seja, que dificuldade está tendo? Vocês têm o dinheiro, têm a decisão, têm a vontade e as coisas não aconte-

cem", afirmou o petista.

Durante o evento, foi anunciada a seleção de 85 mil unidades habitacionais, sendo 35 mil na modalidade Entidades e 50 mil no MCMV Rural. O investimento soma R\$ 10 bilhões do Fundo de Desenvolvimento Social.

Lula afirmou que determinou à Advocacia-Geral da União

(AGU) para que encontre "todas as dificuldades" na execução de projetos, com o objetivo de criar uma legislação para resolver os problemas.

O presidente pediu ainda que a população e os movimentos sociais continuem cobrando o governo federal quando os programas não forem implementados corretamente.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE

FERROVIA

Governo defenderá retomada de obras da Transnordestina

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O vice-presidente Geraldo Alckmin (foto) disse nesta sexta-feira que vai defender, junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), a retomada das obras da ferrovia Transnordestina no trecho entre Salgueiro e o Porto de Suape. O percurso fica entre os municípios pernambucanos de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. Em maio, a corte suspendeu a contratação das obras do trecho até a apresentação de estudos que indiquem a viabilidade do empreendimento. O pedaço da malha ferroviária foi retomado como obra pública depois de ter sido devolvido pela Transnordestina Logística S.A. (TILSA), em 2022.

“Nós vamos trabalhar junto ao TCU para liberar o mais rápido possível, porque esse trecho da Transnordestina que vem para a Suape já está licitado e contratado. É só o TCU dar o ok que as obras podem começar”, disse Alckmin, durante a inauguração do novo terminal de contêineres da APM Terminals, no Complexo Industrial Portuário de Suape.

A obra ferroviária é considerada estratégica pelo governo, que argumenta que a intervenção promove o desenvolvimento regional, a redução de custos logísticos e a geração de empregos.

O processo em tramitação no TCU relacionado à Transnordestina envolve a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o Ministério dos Transportes.

A corte de contas determinou que os envolvidos não assumam novos compromissos financeiros relacionados à retomada da construção do trecho, até que sejam demonstrados corretamente a pertinência e o benefício socioeconômico do projeto.



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Na decisão, datada do dia 6 de maio, o órgão deu ainda o prazo de 30 dias para que a Infra S.A., responsável pela licitação do empreendimento, apresente um plano de ação atualizado para a conclusão de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA). O estudo utilizado para a obra foi elaborado em 2017.

“Isso [a entrega do estudo] pode ser concluído depois. Eu acho que é possível a gente poder avançar e ir já tocando as obras”, completou o vice-presidente.

No dia 28, o TCU determinou novos ajustes no processo de reaplicação da concessão da Transnordestina, impondo restrições ao uso de recursos destinados à reestruturação da malha ferroviária.

A corte de contas proibiu que valores provenientes de indenizações e conversão de multas sejam utilizados para cobrir obrigações antigas da concessionária. Os recursos deverão ser destinados exclusivamente a novos investimentos na ferrovia.

NOVO TERMINAL

Nesta sexta-feira, Alckmin participou da inauguração do novo terminal de contêineres da APM Terminals, empresa do grupo dinamarquês Maersk. Com capacidade inicial para movimentar cerca de 400 mil TEUs, termo em inglês usado para a medida padrão de um contêiner de 20 pés, o novo terminal amplia a capacidade de movimentação do complexo pernambucano em 55%.

Com operação totalmente eletrificada, o terminal recebeu investimentos de mais de R\$ 2 bilhões. Além disso, a operação tem potencial de expansão para mais de 1,3 milhão de TEUs anuais.

“O terminal portuário é o primeiro do país e da América Latina 100% eletrificado, o que mostra preocupação com a questão ambiental”, afirmou Alckmin.

O vice-presidente também assinou, junto com o prefeito do Recife, Victor Marques, ordens de serviço para o início das obras de drenagem e urbanização dos canais da Mauricéia, no Ipsep, e do Sanbra, na Estância.

As obras fazem parte do pacote de investimentos do Ministério das Cidades para a prevenção de riscos de desastres e a adaptação climática das cidades brasileiras e contribuirão para o fim de alagamentos nos bairros Jardim São Paulo e Ribeira. Serão investidos mais de R\$ 60 milhões por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), com recursos municipais e do Orçamento Geral da União (OGU).

Com o ministro dos Portos e Aeroportos, Tomé Franca, Alckmin também participou da assinatura da ordem de serviço para início da dragagem e readequação da infraestrutura aquaviária do Porto do Recife. A obra contará com investimento federal de R\$ 93,5 milhões, com execução prevista até dezembro de 2026.

Também foi formalizado o repasse de R\$ 14,5 milhões para a substituição e a modernização das defensas dos berços de atracação do porto, estruturas responsáveis pela proteção das embarcações e dos cais durante as operações portuárias.

POSTOS DE GASOLINA

Em três meses, ANP fez 21 autuações por preço abusivo

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), reguladora do setor no país, realizou 2.111 fiscalizações em postos de combustíveis, transportadoras e distribuidoras nos últimos três meses. As ações terminaram com 21 autos de infração por indícios de elevação abusiva de preços. Isso representa uma em cada 100 vistorias.

De acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira (12) pela ANP, de 9 de março e 3 de junho, os autos por preço abusivo foram emitidos contra 16 distribuidoras de combustíveis localizadas em São Paulo, no Distrito Federal, Paraná e Rio de Janeiro; e cinco contra revendas de gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha no Ceará e

no Pará.

Desde o estouro do conflito no Oriente Médio no fim de fevereiro, que causou aumento no preço de derivados de petróleo em praticamente todo o mundo, a ANP recebeu a incumbência de fiscalizar os preços praticados nos postos brasileiros.

O receio do governo era de que revendedores se utilizassem do cenário global conturbado para aumentar os preços de forma abusiva. A atribuição de responsabilidade à ANP consta na Medida Provisória 1.340/2026.

NOTAS FISCAIS

Nas ações de fiscalização, presenciais e remotas, os agentes coletam informações sobre os preços praticados, e notas fiscais de aquisição de combustíveis referentes a períodos específicos.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., CNPJ 06.047.087/0001-39 toma público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SIMDU, através do processo nº EIS-PRO-2022/01121, a renovação de sua Licença Municipal de Instalação nº EIS-LMI-2022/02237 para Edificação de Uso Exclusivo destinado à clínica médica com internação, localizado na Avenida Jaime Silvano nº 08, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.610-050.

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da FAMI PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), no dia 22 de junho de 2026, às 11h, a ser realizada de forma presencial, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre (i) a conversão de parte das ações ordinárias da Companhia em ações preferenciais, (ii) a conversão de parte das ações preferências da Companhia em ações ordinárias, (iii) a alteração do caput do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 13 de junho de 2026.
Samy Botzman
Presidente do Conselho de Administração.

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 33.3.0033445-9
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 30 de abril de 2026, às 15:00 horas, na modalidade assembleia digital, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede social da Transmissora Porto Alegrense de Energia S/A (“Companhia”) para todos os fins legais. 2. CONVOCAÇÃO: Edital de Convocação publicado no Diário do Acionista (RJ) nas edições digitais de 21, 22, 23 e 24 de abril de 2026 e impressas de 21 e 22 de abril de 2026, página 3, 23 de abril de 2026, página 6 e 24 de abril de 2026, página 3, cumprindo todos os requisitos estatutários e legais para sua realização. 3. PRESENÇA: Participaram e votaram à distância, na forma da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, o acionista titular de ações representativas de 90,35% (noventa vírgula trinta e cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme registro no sistema eletrônico de participação, V2I Energia S.A., ficando desta forma verificado o quórum legal para a instalação e realização desta assembleia. A participação e a votação a distância dos acionistas foram permitidas por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, conforme instruções divulgadas no material de convocação. 4. MESA: Sr. Gabriel de Oliveira Brasil – Presidente, Sr. Bruno Miguel Sieiro Ferreira – Secretário. 5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, conforme publicadas no Diário do Acionista (RJ), na edição digital do dia 25 de março de 2026 e impressa de 25 de março de 2026, páginas 3 e 4, acompanhados das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes; (ii) a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) eleição como membros do Conselho de Administração da Companhia, para exercício de mandato unificado até 02 de maio de 2028, do Sr. José Guilherme Cruz Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; do Sr. Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e do Sr. Rodrigo Costa Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002 e (iv) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas nesta assembleia. 6. DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão, foram aprovadas, por unanimidade de votos dos presentes, as seguintes deliberações: (i) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e do Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes (Anexo I); (ii) aprovação da destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 10.434.961,91 (dez milhões quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e um mil reais e noventa e um centavos) da seguinte forma: (a) R\$ 521.748,10 (quinhentos e vinte e um mil setecentos e quarenta e oito reais e dez centavos) serão destinados à constituição da reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76; (b) R\$ 2.478.303,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e oito mil trezentos e três reais e quarenta e cinco centavos) foram destinados à distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no art. 34, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia; e (c) R\$ 7.434.910,36 (sete milhões quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e dez reais e seis centavos) serão destinados à conta de Reserva de Retenção de Lucros da Companhia; e (iii) Eleger como membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr. José Guilherme Cruz Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; Sr. Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e Sr. Rodrigo Costa Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002. Os Conselheiros ora eleitos terão mandatos unificados até 02 de maio de 2028 e tomam posse de seus cargos nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento que integram a presente ata na forma dos Anexos II-A, II-B e II-C. (iv) Aprovação da autorização para a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações aprovadas nesta assembleia. 7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e foi lavrada esta ata, em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa, que certificou a presença dos acionistas que participaram e votaram a distância. 8. LISTA DE ACIONISTAS PRESENTES: (i) V2I Energia S.A. (p. Gabriel de Oliveira Brasil e Bruno Miguel Sieiro Ferreira). A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026. Mesa: Gabriel de Oliveira Brasil – Presidente, Bruno Miguel Sieiro Ferreira – Secretário. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 09/06/2026 sob o nº 00007825859, Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

COMBUSTÍVEIS

Concorrência do etanol e subvenção provocam queda no preço da gasolina

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A concorrência com o etanol e ações do governo para subsidiar combustíveis fizeram a gasolina ficar mais barata nos postos. Em maio, o preço recuou 1,46%, representando o produto que mais puxou para baixo a inflação oficial do mês.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio ficou em 0,58%, conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira.

O comportamento do preço da gasolina significou impacto de -0,08 ponto percentual (p.p.) no IPCA do mês.

A queda segue dois meses de alta, provocada pelo conflito no Oriente Médio, que causou disrupção na cadeia internacional do petróleo, encarecendo derivados como a gasolina e o óleo diesel em praticamente todo o mundo.

Veja o comportamento do preço da gasolina no Brasil depois do início do conflito, em 28 de fevereiro:

Março	4,59%
Abril	1,86%
Maio	-1,46%

O analista do IBGE Fernando Gonçalves aponta que o etanol ficou 6,2% mais barato em maio, sendo o segundo produto que mais puxou para baixo o IPCA. “Caiu por conta de uma disponibilidade maior”, contextualiza.

Gonçalves explica que o produto está mais rentável e isso faz com que os produtores disponibilizem a safra de cana mais para a produção do etanol em detrimento ao açúcar.

Com mais etanol no mercado, menor o preço de venda. “Com etanol mais barato, a gasolina, por concorrência, acaba também reduzindo o preço”, completa.

O Brasil tem grande parte da frota de automóveis flex, o que permite o motorista escolher entre gasolina ou etanol na hora em que chega ao posto de combustível.

SUBVENÇÃO

O outro elemento que ajudou a derrubar o preço da gasolina é a política de subvenção adotada pelo governo, uma espécie de reembolso para produtores e importadores do combustível.

A medida é uma das formas de o governo evitar que a escalada no custo dos derivados de petróleo cause choque de preços no Brasil.

A subvenção, atualmente em R\$ 0,44 por litro, é o valor que o governo paga aos agentes do mercado, em troca do repasse do “desconto” aos consumidores finais.

Na prática, é como se o governo devolvesse às refinarias e importadores parte dos tributos federais cobrados sobre os combustíveis, como Programa

de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

A medida contribuiu para diminuir o impacto de um aumento recente anunciado pela Petrobras, principal produtora de gasolina do país. A estatal reajustou o preço em R\$ 0,48, mas apenas o valor de R\$ 0,04 foi repassado ao consumidor.

DIESEL

A política de subvenção também foi aplicada ao óleo diesel, majoritariamente usado por caminhões e ônibus. Em maio, o IBGE apurou recuo de 2,34%, sendo o quarto produto que mais puxou a inflação para baixo.

Em março, primeiro mês de guerra no Oriente Médio, o combustível subiu 13,9%. Em abril, 4,46%.

No diesel, a subvenção chegou a R\$ 1,52 por litro pago aos importadores e R\$ 1,12 aos produtores em maio.

FRETE AINDA PESA

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, o de transportes — que inclui os combustíveis — foi o único que apresentou deflação em maio, ou seja, na média, ficou mais barato (-0,46%).

Apesar desse comportamento,

o frete ainda pesou no mês e ajudou os alimentos a subirem 1,33%, sendo o maior impacto de alta no IPCA de maio (0,29 p.p.).

“O frete caiu, mas ainda está onerando o preço dos alimentos”, diz Gonçalves.

GUERRA E PREÇO

Iniciada no último fim de semana de fevereiro, a guerra dos Estados Unidos e de Israel ao Irã teve reflexos como ataques a países vizinhos do Irã também produtores de petróleo. Outra consequência foi o fechamento do Estreito de Ormuz, no Sul do Irã, que liga os golfos Pérsico e de Omã. Por lá, passavam antes da guerra cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás natural.

Com a cadeia logística em turbulência, a oferta do óleo cru e seus derivados diminuiu no mundo, levando à escalada dos preços. O barril do Brent, referência internacional de preços, saltou de US\$ 70 para mais de US\$ 100, atingindo picos ao redor de US\$ 120.

O petróleo é uma commodity, isto é, mercadoria negociada a preços internacionais. Isso fez com que o encarecimento fosse sentido também no Brasil, mesmo sendo país produtor.

No caso do diesel, especificamente, o país não é autossuficiente, e precisa importar cerca de 30% do que consome.

TECNOLOGIA

Ondas ultrassônicas vão ajudar a conter avanço das algas no Rio Tietê

Uma tecnologia já utilizada em cerca de 60 países será testada pelo Governo de São Paulo para reduzir a formação da chamada “nata verde” em um trecho do Rio Tietê. O projeto será implantado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), no Córrego do Esgrão, em Sabino (SP), área com histórico de florações intensas de cianobactérias que formam manchas esverdeadas na superfície da água. O anúncio foi feito na quarta-feira passada, durante evento alusivo ao Dia Mundial do Meio Ambiente, e faz parte de um pacote de novas medidas no contexto do Programa IntegraTietê.

A iniciativa prevê a instalação de 14 boias inteligentes interligadas, capazes de emitir ondas ultrassônicas e monitorar continuamente a qualidade da água. O objetivo é reduzir a proliferação das algas sem a utilização de produtos químicos e sem causar danos ao ecossistema aquático.

“Sabino foi escolhida para receber o projeto-piloto porque reúne características que a tornam um ambiente ideal para testar e avaliar essa tecnologia em condições reais. A região apresenta histórico de florações de algas, conta com uma base consistente de dados de monitoramento e possui relevância para atividades de lazer, turismo e pesca. Isso permite que os resultados sejam acompanhados tanto do ponto de vista ambiental quanto dos benefícios percebidos pela população”, afirma o diretor-presidente da Cetesb, Thomaz Toledo.

De acordo com a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, a tecnologia tem sido uma aliada na busca de soluções para aprimorar cada vez mais os resultados obtidos pelo programa IntegraTietê. “Temos avanços consistentes na recuperação do Tietê e seus afluentes e essa nova frente de combate à proliferação de algas por meio do uso de tecnologia ultrassônica se soma a uma série de outras frentes em andamento, de saneamento, desassoreamento, limpeza, conservação, fiscalização e monitoramento”, enfatiza.

A instalação do sistema está prevista para agosto. A expectativa é que os primeiros resultados possam ser observados a partir de 90 dias após o início da operação das boias, prazo considerado necessário para avaliar os efeitos da tecnologia sobre a proliferação de algas na área monitorada.

A área abrangida pelo projeto possui cerca de 960 mil metros quadrados, o equivalente a mais de 130 campos de futebol, e volume estimado de 7 milhões de metros cúbicos de água, suficiente para encher aproximadamente 2.800 piscinas olímpicas.

COMO FUNCIONA

As boias emitem ondas ultrassônicas em diferentes frequências para interferir na capacidade de flutuação das algas. Com isso, elas encontram mais dificuldade para permanecer próximas à superfície,

onde recebem luz solar para realizar a fotossíntese.

Ao migrar para camadas mais profundas da água, a tendência é a interrupção do ciclo de vida da espécie e que a formação das manchas esverdeadas seja reduzida. Cada boia possui alcance de aproximadamente 500 metros de diâmetro, cobrindo uma área equivalente a cerca de 28 campos de futebol.

Com investimento de cerca de R\$ 9 milhões, o sistema utilizará inteligência embarcada com uso de algoritmos para ajustar automaticamente a frequência e a intensidade das ondas conforme as condições observadas na água.

Além disso, os equipamentos funcionarão com estações automáticas de monitoramento. Sensores instalados nas boias vão acompanhar continuamente parâmetros como oxigênio dissolvido, pH, turbidez, temperatura, clorofila e ficocianina.

O projeto também contará com uma estação meteorológica para cruzamento de informações sobre chuva, vento e temperatura, permitindo antecipar condições favoráveis ao surgimento das florações. Toda a operação será alimentada por energia solar e baterias de lítio.

Desenvolvida na Holanda, a tecnologia foi escolhida por combinar baixo impacto ambiental e capacidade de atuação em grandes áreas.

O QUE CAUSA A “NATA VERDE”

A formação das manchas esverdeadas está associada ao excesso de nutrientes na água, fenômeno conhecido como eutrofização. Em condições favoráveis, como altas temperaturas e maior incidência de luz solar, ocorre uma proliferação acelerada de algas e cianobactérias. Além do impacto visual, esses episódios podem comprometer a qualidade da água e afetar atividades como pesca, piscicultura, esportes náuticos e lazer.

Sobre a Semana do Meio Ambiente.

Realizada pelo Governo de São Paulo em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a Semana do Meio Ambiente contou com evento no Parque Ecológico do Tietê (PET), na zona leste da capital paulista, no dia 10 de junho. A edição deste ano incorporou o legado do Summit Agenda SP+Verde, ampliando a integração entre governo, setor produtivo, investidores e sociedade civil em torno da agenda climática, da economia verde e do desenvolvimento sustentável.

A programação incluiu uma série de anúncios e entregas, ativações e atrações com a participação de empresas e entidades selecionadas por edital público. Também está previsto na programação da Semana o Fórum SP Conecta, iniciativa da Semil e da InvestSP a ser realizada no próximo dia 16 de junho, voltada à atração de investimentos e ao fortalecimento da competitividade ambiental no Estado de São Paulo. A Semana do Meio Ambiente também faz alusão às comemorações dos 40 anos da Semil.

Nota**POLÍCIA CIENTÍFICA CONCLUI LAUDO SOBRE EXPLOÇÃO DE GÁS EM JAGUARÉ**

A Polícia Científica concluiu o laudo técnico sobre a explosão na rede de gás no bairro do Jaguaré, na zona oeste da cidade de São Paulo, no último dia 11 de maio, e que causou a morte de duas pessoas. De acordo com o governo estadual, as equipes mapearam a área, examinaram tubulações e solo, além de itens dos moradores e dos trabalhadores afetados. “O trabalho pericial foi realizado por uma força-tarefa multidisciplinar de peritos criminais, com atuação no local para coleta, preservação, documentação e análise de vestígios materiais”, informou. O trabalho técnico analisou amostras de gás subterrâneo, exames geofísicos de eletrorresistividade e sísmica rasa.

2026

SP registra 1º quadrimestre da história sem roubos a bancos

O estado de São Paulo encerrou os primeiros quatro meses de 2026 sem registrar nenhum roubo a banco, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP). É a primeira vez que o quadrimestre fecha sem ocorrência da modalidade desde 2001, início da série histórica de dados.

A modalidade de roubo tem queda continuada desde 2006,

quando o estado registrou 151 ocorrências no mesmo período. Em 2018, foram 16; em 2024 e 2025, apenas uma por ano. Em 2026, nenhuma.

A queda acompanha o movimento das demais modalidades de roubo. No mesmo período, o estado registrou os menores patamares da série em roubos de veículo (5.883 ocorrências) e de cargas (867), todas marcas inéditas em 26 anos de registros.

Os resultados refletem o conjunto de ações da Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP). A estratégia combina o patrulhamento ostensivo da Polícia Militar em áreas de maior incidência criminal com investigações da Polícia Civil voltadas à desarticulação de quadrilhas. O trabalho conta com o apoio do programa Muralha Paulista, que integra mais de 94 mil câmeras públicas e privadas, leitores de

placas e equipamentos de reconhecimento facial.

“A redução consistente dos índices criminais em São Paulo é resultado direto de uma atuação firme e orientada por dados”, afirmou o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves.

om investimentos recordes, estudo mostra São Paulo com 86% das cidades mais avançadas em saneamento básico do Brasil.

ESTUDO

SP tem 81 cidades entre as mais avançadas em saneamento básico

O Estado de São Paulo concentra 81 dos 94 municípios brasileiros mais próximos da universalização do saneamento básico. É o que aponta o Ranking ABES da Universalização do Saneamento 2026, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

O levantamento avaliou 2.558 municípios, que reúnem cerca de 80% da população do país e incluem todas as 27 capitais, com base em dados de 2024 do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA).

A categoria “Rumo à universalização”, a mais alta das quatro definidas pelo estudo, engloba os municípios com nota geral igual ou superior a 489, em uma escala que vai até 500 pontos.

Nacionalmente, apenas 3,76% dos municípios foram classificados nessa categoria. Além das 81 cidades de São Paulo, outros estados que aparecem no topo são Paraná (8 cidades), Minas Gerais (3), Santa Catarina (1) e Goiás (1).

“São Paulo demonstra, mais uma vez, sua liderança nacional em saneamento básico. O ranking evidencia que os investimentos recordes realizados no estado estão se traduzindo em resultados concretos para a população. A antecipação da universalização para 2029, quatro anos antes da meta nacional, mostra que é possível acelerar a expansão dos serviços com pla-



GOVERNO DO ESTADO DE SP

nejamento, eficiência e capacidade de investimento. Nosso compromisso é garantir que mais paulistas tenham acesso à água de qualidade, coleta e tratamento de esgoto, promovendo saúde, dignidade e desenvolvimento sustentável”, destacou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Natália Resende.

Ao todo, o estado teve 599 municípios avaliados, com mais da metade nas duas faixas superiores do ranking e nenhum classificado no pior nível. Veja as faixas e quantas cidades do estado estão nelas:

- “Rumo à universalização”: 81 cidades;
- “Compromisso com a universalização”: 243;
- “Empenho para universalização”: 275;
- “Primeiros passos para a uni-

versalização”: 0.

Nota máxima

Das seis únicas cidades do país que alcançaram a pontuação máxima, de 500 pontos, todas são de São Paulo: Leme, Jales, Santópolis do Aguapeí, Paranapuá, Cardoso e Gastão Vidigal. Com exceção de Leme, todas são atendidas pela Sabesp.

Entre os municípios de grande porte, além de Leme, alcançaram a categoria de excelência: Santa Bárbara d’Oeste, Presidente Prudente, Assis, Birigui, Franca, Barretos, Salto, Hortolândia, Araçatuba, Piracicaba, Catanduva, Indaiatuba e Botucatu.

A capital, São Paulo, ficou na segunda faixa do ranking, “Compromisso com a universalização”, com 465,56 pontos.

METODOLOGIA

Os autores do estudo estimam as notas a partir de cinco indicadores, que valem até 100 pontos e depois são somados:

- atendimento com água;
- atendimento com coleta de esgoto;
- tratamento de esgoto;

- coleta de lixo;
- disposição final do lixo.

O ranking mede a proximidade de cada município em relação à meta do Marco Legal do Saneamento. A lei prevê universalizar os serviços no país até 2033, com 99% da população atendida por água tratada e 90% por coleta e tratamento de esgoto.

META

Com a desestatização da Sabesp, concluída em 2024, a meta de universalização do saneamento em São Paulo foi antecipada de 2033 para 2029, quatro anos antes do prazo previsto no Marco Legal.

Para isso, estão previstos cerca de R\$ 70 bilhões em investimentos até 2029, parte dos R\$ 260 bilhões contratados para toda a concessão, que se estende até 2060.

Em 2025, primeiro ano completo sob controle privado, a Sabesp investiu R\$ 15,2 bilhões, ante R\$ 6,9 bilhões em 2024. Foi o maior aporte anual da história da companhia e representou alta de 120%.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCACÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEL DO AGRONÓMICO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronômico das 1ª e 2ª Séries da 76ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRA”, “CRA”, “Emissão” e “Securitizadora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech LTDA. (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA (“AGT”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia de **06 de julho de 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (i), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da PMT de 02 de junho de 2026, conforme Cronograma de Pagamentos constante do Anexo II do Termo de Securitização e Anexo I das CPR-Fs, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável à referida PMT será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (II) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (ii), das CPR-Fs, em razão do descumprimento da obrigação referente à Reconstituição do Fundo de Despesas, no valor de R\$ 138.054,56 (cento e trinta e oito mil e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), conforme a Cláusula 14.2 das CPR-Fs e Cláusula 15.4 do Termo de Securitização, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável à referida obrigação será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (III) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (x), das CPR-Fs, em razão da não observância do Índice de Cobertura da Garantia, bem como da não realização temporária do Reforço de Garantia, conforme previsto nas Cláusulas 7.1, 7.2, 7.3 e 7.5 das “Instruções Particulares do Contrato de Cessão Fiduciária de CDA/ WA e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária CDANWA”), ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável à referida obrigação será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (IV) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.2, subitem (ii), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio das demonstrações financeiras, relativo ao ano de 2025, nos termos da Cláusula 11.2, subitem (xix), alínea (a) das CPR-Fs, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável à referida obrigação será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; e (V) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto “Documentos para Assembleia Especial – CRA SEMPRE 76”, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 13 de junho de 2026.
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCACÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEL DO AGRONÓMICO EM SÉRIE ÚNICA DA 178ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 178ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/ME”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRA”, “CRA”, “Emissão” e “Securitizadora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA (“Assembleia Especial”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 06 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a possibilidade do Avalista Pessoa Física, conforme definido nos documentos da operação, outorgar garantia fidejussória sob a forma de fiança no âmbito de operação de certificados de recebíveis do agronegócio, em 2 (duas) séries, com volume total de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), lastreados em determinados direitos creditórios do agronegócio cedidos pela Agripar Biofertilizantes do Cerrado SPE Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 65.176.237/0001-73, sem que tal participação caracterize Evento de Vencimento Antecipado Não Automático no âmbito da presente Emissão, conforme disposto na cláusula 4.27.2, subitem (x) do “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Agripar Biofertilizantes de São Paulo Ltda.” (“Termo de Securitização”). Fica consignado que, durante o período compreendido entre a data de publicação do edital de primeira convocação e a data da aprovação da presente matéria em Assembleia, poderá ocorrer o efetivo ingresso do Avalista Pessoa Física na referida operação. Nessa hipótese, caso este item seja aprovado, será integralmente afastada a caracterização de evento de vencimento antecipado, nos termos da cláusula 4.27.2, subitem (x) do Termo de Securitização; (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto “Documentos para Assembleia Especial – CRA AGRION”, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 12 de junho de 2026.
Alejandro Merino - Diretor de Securitização

QUESTIONÁVEL

Magda não admite dívida de R\$ 20 bi da Petrobras com RJ

DENISE LUNA
E GABRIELA DA CUNHA/AE

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard (foto), disse nesta sexta-feira, que a dívida cobrada pelo governo do Rio de Janeiro à estatal, de cerca de R\$ 20 bilhões, "é questionável", e que vai avaliar "com todo o cuidado" o motivo da cobrança.

"A gente apura os nossos tributos e depois revisa mais adiante. Quando a gente entende que deixou de pagar alguma coisa, a gente espontaneamente vai lá e paga a diferença. Se existe algum tributo não pago, pode ser que a tese não se encaixe em nosso entendimento", disse Magda após cerimônia do início de reocupação do edifício sede da empresa no Centro do Rio.

Segundo ela, quando a empresa questiona a dívida, juridicamente é classificada como provável, possível e remota. "Sobre esses R\$ 20 bi então eu acho que é questionável", disse a executiva.



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

PONTOS ESTRATÉGICOS

PM do Rio reforça policiamento durante jogos da seleção brasileira

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Os locais de grande concentração de torcedores terão reforço no policiamento durante os jogos da Seleção Brasileira no Rio de Janeiro. Segundo a Polícia Militar (PM) fluminense, a corporação "vai mobilizar um amplo aparato policial e tecnológico para garantir a segurança".

Neste sábado, quando o Brasil estreia na Copa do Mundo 2026, nos Estados Unidos, contra o Marrocos, às 19h, no estádio MetLife Stadium, em Nova Jersey, as unidades operacionais

e especializadas da PM vão atuar em diversos bairros da cidade do Rio e em municípios da Baixada Fluminense, da região metropolitana, Costa Verde e do interior do estado.

Na região da Grande Tijuca, na zona norte da capital, 246 policiais militares do 6º BPM reforçarão a segurança nos eventos organizados nas ruas Jorge Rudge, Pereira Nunes e Zulmira, além do tradicional Alzirão, na Tijuca, que há 48 anos, recebe milhares de torcedores nos jogos da Copa do Mundo.

Na zona sul, mais 200 poli-

ciais militares estarão mobilizados na segurança dos torcedores que acompanharão os jogos transmitidos em um telão na Fan Fest, na Praia de Copacabana, altura da Avenida Princesa Isabel.

A região terá ainda o reforço no patrulhamento com motocicletas, além de 20 viaturas e a presença de policiais dos batalhões de Ações com Cães e de Rondas Especiais e Controle de Multidões.

"As equipes de motociclistas realizarão rondas em toda a extensão da Avenida Atlântica, na orla da praia de Copacabana,

com o objetivo de ampliar a sensação de segurança para moradores, turistas e torcedores, além de atuar na prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto", informou a PM.

O planejamento operacional também prevê o emprego de recursos tecnológicos, monitoramento em tempo real e reforço do policiamento ostensivo em áreas de grande circulação de pessoas, garantindo pronta resposta a eventuais ocorrências e contribuindo para que a população possa acompanhar os jogos com tranquilidade e segurança.

MALFORMAÇÃO

Diagnosticar cardiopatias congênicas cedo aumenta qualidade de vida

ALANA GANDRA/ABRASIL

Cerca de 30 mil crianças com algum tipo de malformação no coração nascem no Brasil a cada ano, segundo o Ministério da Saúde. Nesta sexta-feira quando se celebra o Dia Nacional de Conscientização sobre a Cardiopatia Congênita, a coordenadora da Divisão de Cardiologia da Criança e do Adolescente do Instituto Nacional de Cardiologia (INC), Renata Mattos, destaca que o acesso ao diagnóstico está aumentando no país.

"Aqui, na Região Sudeste, a gente tem mais acesso do que na Região Norte, por exemplo. Mas, de forma geral, a gente vê que o diagnóstico está sendo feito e o acesso ao tratamento está cada vez melhor", avalia a cardiologista pediátrica, que é especialista em hemodinâmica de cardiopatias congênicas.

Considerada uma das principais causas de mortalidade infantil por malformações, a condição exige diagnóstico precoce e acompanhamento especializado para aumentar as chances de sobrevivência e a qualidade de vida dos pacientes.

A estimativa mundial é que em torno de 1% de todas as crianças nascidas vivas vão ter algum tipo de cardiopatia, sendo que, desse total, 30% precisam de atenção logo na primeira infância.

Renata Mattos explicou à Agência Brasil que o nome cardiopatia congênita engloba várias doenças, com diferentes níveis de gravidade.

"É qualquer malformação no coração da criança que acontece quando o bebê está se formando ainda dentro da barriga da mãe. Então, o coração se forma com algum tipo de estrutura errada".

DIAGNÓSTICO FETAL

A cardiologista pediátrica explica que, quando o problema é detectado ainda dentro da barriga da mãe, durante a gestação, é possível que haja cirurgias para corrigi-lo em alguns casos. Entretanto, é raro que haja indicação para tal.

"Na grande maioria das vezes, quando a gente faz o diagnóstico ainda dentro da barriga, no feto, isso serve principalmente para a gente planejar como vai ser o fim da gestação, como vai ser o parto".

Se, por exemplo, se detecta um tipo de cardiopatia que pode precisar de tratamento assim que o bebê nascer, esse parto precisa ocorrer em um lugar que tenha uma UTI, para que seja realizada uma cirurgia ou cateeterismo. Já se for uma doença menos grave, a mãe pode seguir a gestação normalmente e ter o parto como estava planejado.

Em algumas doenças muito graves, se não houver tratamen-

to nos primeiros dias de vida, o bebê pode não sobreviver. Já as cardiopatias menos graves podem apresentar sintomas ou alguma repercussão mais tarde.

ATENÇÃO AOS SINAIS

Quando o bebê não é diagnosticado com uma cardiopatia grave ao nascer, as famílias devem prestar atenção a alguns sinais que podem indicar problemas cardíacos.

Durante o acompanhamento com o pediatra, é preciso ver se a criança está crescendo e ganhando peso dentro da curva esperada para ela.

"Se houver muita dificuldade de ganhar peso, tem que investigar se não é alguma coisa cardíaca", indica a cardiologista.

Também é preciso atenção ao bebê que não consegue mamar, que mama pouco e cansa ou que apresenta uma respiração muito acelerada ou cansada.

"São sinais de atenção para que os pais procurem atendimento cardiológico para o filho".

Outro sintoma, no caso de problemas de oxigenação do sangue, é a criança ficar arroxeada, principalmente na ponta do nariz e nos lábios.

Já crianças mais velhas podem relatar, por exemplo, dor no peito ou sensação de palpitação, que pode ser causada por alguma arritmia.

VIDA NORMAL

É comum que as cardiopatias congênicas sejam solucionadas com um único procedimento. Mas, em outros casos, o paciente tem que fazer várias cirurgias em sequência, desde o nascimento até a vida adulta.

"Quando você diagnostica direitinho, a possibilidade de a pessoa ter uma vida normal é imensa", afirmou Renata Mattos.

Os profissionais que tratam esses pacientes têm de ficar atentos porque, à medida que eles envelhecem, além da cardiopatia congênita, eles passam a ter "os problemas de adulto", como hipertensão ou colesterol alto. A médica destaca que os pacientes com cardiopatias estão cada vez mais sobrevivendo, trabalhando e tendo uma vida normal, com acompanhamento médico.

"Antigamente, a gente achava que essas crianças não podiam fazer nada, não podiam fazer nenhum esporte, e isso não é verdade. Hoje em dia, a gente até estimula que esses pacientes façam exercícios".

TRÊS CIRURGIAS

Nathan Senna Alves foi diagnosticado com cardiopatia congênita grave ao nascer. Sua tia, que era enfermeira, o levou ainda bebê para a instituição Pró Criança Cardíaca, que atende a crianças com esse problema de saúde há 30 anos.

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

O amor compassivo de Cristo pela humanidade!

Somos convidados a refletirmos juntos sobre as riquezas da liturgia deste Décimo Primeiro Domingo do Tempo Comum, no nosso Ano Litúrgico A, reunidos em torno da Mesa da Palavra e da Eucaristia, nas nossas paróquias, capelas ou acompanhando-nos pelos meios de comunicação, somos todos convocados a fazer uma pausa nas agitações da nossa vida cotidiana para escutar a voz do Senhor. A liturgia deste domingo nos oferece uma das mais belas e profundas reflexões sobre a essência do amor de Deus, a gratuidade da nossa eleição e a urgência do nosso compromisso missionário. Neste domingo, a Igreja nos convida a fazer a passagem do estado de multidão necessitada para a condição de discípulos missionários, chamados pelo nome, curados pela misericórdia e enviados para transformar a realidade que nos cerca. Não há como permanecermos indiferentes diante da força da Palavra de Deus que acaba de ser proclamada em nossas assembleias.

O Evangelho segundo São Mateus, no capítulo nove, nos revela, de forma extremamente comovedora e profunda, o olhar de Jesus sobre a humanidade. O texto sagrado nos diz que Jesus, "vendo as multidões, encheu-se de compaixão, porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor" (Mt 9,36). Paremos um momento sobre esta palavra fundamental: compaixão. No idioma original em que o Evangelho foi escrito, o termo utilizado descreve uma dor que nasce nas entranhas, um remexer das vísceras diante do sofrimento do outro. É o amor paterno de Deus manifestado no peito de Jesus Cristo. O Senhor não olha para a multidão com a frieza de um burocrata, nem com o julgamento implacável de um juiz severo que apenas condena os erros. Ele olha para o cansaço do povo e sofre com ele. Como é reconfortante saber que o nosso Deus não é um ser distante, alheio às nossas dores! Quando caminhamos pelas ruas da nossa metrópole, quando enfrentamos as longas jornadas nos transportes, quando vemos a angústia de tantas famílias diante do desemprego, da violência e da falta de sentido para viver, nós podemos ter a absoluta certeza de que Jesus continua a olhar para a nossa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com esse mesmo olhar de profunda compaixão. Ele vê as ovelhas desorientadas de nossos dias. Ele conhece o fardo que cada um de nós carrega no silêncio do próprio coração.

Esse amor compassivo e zeloso não é, entretanto, uma novidade exclusiva do Novo Testamento, mas a plena realização e o transbordamento daquilo que o Senhor já havia revelado na Antiga Aliança. Na primeira leitura, retirada do Livro do Êxodo, no capítulo dezenove (Ex 19,2-6a), acompanhamos o momento fundante em que o povo de Israel chega ao deserto do Sinai. Ali, Deus propõe a Sua Aliança. Ele pede que Moisés recorde ao povo como Ele mesmo os libertou da escravidão do Egito, carregando-os como que sobre asas de águias. E então o Senhor faz uma promessa que até hoje nos enche de assombro pela sua beleza: "Se ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, sereis para mim a porção escolhida entre todos os povos... vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa". Notemos que a iniciativa é totalmente divina. O povo de Israel não fez nada para merecer essa libertação a não ser gemer sob o peso da escravidão. A vocação não nasce do mérito humano, mas da gratuidade do amor de Deus que escolhe, que liberta e que consagra. É por isso que, com os corações transbordando de gratidão, nós aclamamos no Salmo Responsorial número noventa e nove (Sl 99/100): "Sabei que o Senhor, só ele, é Deus, nós somos seu povo e seu rebanho". A nossa maior dignidade, a nossa alegria inabalável, reside na certeza desta pertença. Nós não somos órfãos vagando pelo mundo; nós somos o rebanho conduzido pela mão amorosa do Bom Pastor.

A gratuidade absoluta e radical deste amor atinge o seu ápice na revelação trazida pelo Apóstolo São Paulo na sua Carta aos Romanos, que escutamos como nossa segunda leitura (Rm 5,6-11). O Apóstolo dos Gentios nos lembra, de maneira contundente e libertadora, que fomos amados e justificados não por sermos santos, perfeitos ou impecáveis, mas justamente o contrário. São Paulo nos diz: "Com efeito, quando éramos ainda fracos, Cristo morreu pelos ímpios, no tempo marcado". E ele reforça essa verdade fundamental da nossa fé afirmando que "Deus demonstra seu amor para conosco pelo fato de que Cristo morreu por nós, quando ainda éramos pecadores". Esta é a boa nova que destrói o nosso orgulho e nos cura das nossas pretensões de autossuficiência! No mundo em que vivemos, os favores costumam ser dados àqueles que podem retribuir, o amor muitas vezes é condicionado ao bom comportamento, e as oportunidades são reservadas aos que se mostram mais fortes. Mas a lógica do Reino de Deus inverte completamente os critérios do mundo. Cristo deu a Sua própria vida por nós quando ainda estávamos mergulhados no pecado, distantes Dele e até mesmo agindo como Seus inimigos. É a compreensão profunda desta misericórdia imerecida que deve motivar toda a nossa vida eclesial.

É exatamente a partir desta constatação - de que somos ovelhas feridas que foram resgatadas pelo amor imenso do Pastor - que brota a urgência do nosso chamado à missão. Voltemos a olhar para o Evangelho deste domingo. A narrativa não se encerra com a contemplação de Jesus sobre a multidão cansada. A compaixão de Cristo deságua na ação, e Ele nos envolve neste dinamismo salvífico. O Senhor vira-se para os Seus discípulos e diz: "A messe é grande, mas os trabalhadores são poucos. Pedi, pois, ao Senhor da messe que envie trabalhadores para a sua colheita" (Mt 9,37-38). Antes de enviar, Ele manda rezar. Toda ação pastoral, toda iniciativa missionária em nossas paróquias, deve nascer da oração. Uma Igreja que não reza pelas vocações é uma Igreja que perdeu o sentido do seu próprio mandato. Em seguida, depois de pedir orações, o Evangelho no início do capítulo dez nos mostra que Jesus chama a si os Doze e lhes dá autoridade para expulsar os espíritos maus e para curar todo tipo de doença.

MEIO AMBIENTE

Chamada pública do BNDES visa fortalecer bacias hidrográficas

ALANA GANDRA/ABRASIL

O fortalecimento das bacias hidrográficas e o combate à escassez de água em grandes centros urbanos do Brasil são os objetivos da chamada pública lançada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O valor total é de até R\$ 120 milhões, dos quais R\$ 60 milhões serão financiados pelo BNDES e o restante por parceiros públicos ou privados.

Para o presidente do BNDES, Aloísio Mercadante, é uma urgência preparar as cidades para um cenário de redução de até 40% da disponibilidade hídrica em várias regiões brasileiras.

“Ao restaurar nascentes, matas ciliares e bacias hidrográficas que abastecem as grandes metrópoles, estamos investindo em resiliência e adaptação climática e garantindo segurança hídrica para milhões de brasileiros”, disse.

Mercadante frisou que essa é a orientação do governo do presidente Lula: “enfrentar a mudança do clima protegendo quem mais precisa”.

PROJETOS

Serão apoiados projetos diretamente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Rio de Janeiro, Distrito Federal e cidades satélites, além de Fortaleza, Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco.

Serão objeto também da chamada regiões que impactam positivamente as bacias hidrográficas que compõem seu sistema de abastecimento hídrico.

A Agência Nacional de Águas (ANA) identificou entre as áreas críticas municípios com risco elevado de desabastecimento, mananciais afetados por poluição e bacias em situação de alerta hídrico.

Serão selecionados projetos com investimentos entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões, com prazo de execu-

ção de até 48 meses. As propostas deverão contemplar obrigatoriamente ações de restauração ecológica ou produtiva com vegetação nativa em nascentes e margens de rios, contribuindo para a recuperação ambiental e a melhoria da qualidade dos recursos hídricos.

Os projetos selecionados poderão ser implantados em unidades de conservação (UCs), áreas de preservação permanente (APPs) e Reserva Legal (RL) em imóveis rurais de até quatro módulos fiscais e em assentamentos de reforma agrária, territórios indígenas (TIs), quilombolas e outras comunidades tradicionais, além de áreas públicas urbanas, ressaltou o BNDES, por meio de sua assessoria de imprensa.

Poderão participar da chamada pública pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e de direito público interno federal e estadual, tais como Fundações, podendo apresentar projetos em rede com duas ou mais organizações atuando em parceria.

Os critérios que serão avaliados pelo BNDES são:

- Alinhamento a políticas públicas,
- Impacto positivo sobre biodiversidade,
- Capacidade técnica das instituições proponentes,
- Qualidade da proposta,
- Volume de contrapartida
- Potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa e
- Recuperação da qualidade da água

Os projetos terão prazo de 90 dias para apresentação das propostas.

A comissão de seleção será composta pelo BNDES, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) e instituições apoiadoras da iniciativa.

EDUCAÇÃO

Estudantes e professores encerram greve na Unicamp

Os alunos e professores da Unicamp decidiram na quinta-feira passada, encerrar a greve que já durava 25 dias. Os professores aprovaram nova proposta de reajuste salarial, de 3,92%, definida em reunião na quarta-feira, entre o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e o Fórum dos Seis, entidade que reúne os sindicatos que representam alunos, funcionários e professores das universidades paulistas.

Já o movimento dos alunos considerou que grande parte de suas reivindicações havia sido atendida e decidiu encerrar a mobilização. A decisão ainda precisará ser ratificada em assembleias locais dos cursos. A expectativa é que, depois disso, ocorra a desocupação do prédio da Diretoria Geral de Administração (DGA).

A greve foi iniciada em 18 de maio. Na noite de 8 de junho, os alunos ocuparam o prédio da DGA. Entre as reivindicações dos estudantes, estavam questões como:

- Construção da moradia estudantil no campus de Limeira;
- Melhorias nos restaurantes universitários e no transporte interno;
- Fortalecimento de políticas de combate à violência sexual e étnico-racial e de apoio psicológico.

Os estudantes também reclamam de falta de professores e do déficit de funcionários técnicos.

O reitor da Unicamp, Paulo Cesar Montagner, afirmou que a manifestação era legítima e natural de ambientes universitários, embora ressaltasse que nem sempre conseguiria atender a todas as reivindicações por restrições orçamentárias.

“Vivemos um momento de frustração de arrecadação, o que significa que as universidades atravessam um período de dificuldade - em especial a Unesp e a Unicamp, que têm uma situação financeira diferente da USP”, justificou Montagner. O diretor-executivo de Sustentabilidade da Unicamp e representante da reitoria na comissão de negociação, Roberto Donato, afirmou que as negociações levaram a “avanços significativos” nas pautas apresentadas.

De acordo com Donato, a reitoria da Unicamp conseguiu equacionar uma política de moradia para o campus de Limeira e houve indicativos para aperfeiçoamento da política de distribuição dos auxílios de bolsas de permanência estudantil. Já pautas específicas relativas a diferentes unidades da Unicamp continuarão a ser discutidas pontualmente com os estudantes.

HABITAÇÃO

Lula anuncia construção de 85 mil moradias do ‘Minha Casa’

GILBERTO COSTA/ABRASIL

O governo federal anunciou na tarde desta sexta-feira as propostas selecionadas para a construção de 85 mil novos imóveis do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) nas modalidades Rural e Entidades (moradias urbanas).

Cinquenta mil imóveis terão destinação rural e 35 mil atenderão a quem reside em zona urbana. O número de moradias é 66% acima da previsão inicial. As residências serão financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). O valor total do investimento é R\$ 10 bilhões.

A modalidade MCMV Entidades atende famílias com renda total de até R\$ 3,2 mil (valor bruto). O acesso ao benefício se dá por meio de associações de moradores, cooperativas habitacionais e sindicatos que submetem a proposta de construção de casas e apartamentos à Caixa Econômica Federal.

Para a coordenadora do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Ângela Cristina Ferreira, a modalidade Entidades do MCMV desburocratiza a construção de residências e consegue estabelecer diálogo “na ponta” com pessoas em “extrema de vulnerabilidade”, possibilitando o acesso a “casas com boa qualidade”.

APOSENTADORIA

Supremo rejeita alterar decisão que vetou revisão da vida toda

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos nesta sexta-feira para negar alterações na decisão da Corte que rejeitou a revisão da vida toda das aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O entendimento foi formado no julgamento virtual de um recurso protocolado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.111. A votação virtual será finalizada na próxima sexta-feira.

Até momento, foram proferidos sete votos para rejeitar os embargos de declaração protocolados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

A entidade defendeu que a revisão da vida toda seja aplicada nos processos que foram ajuizados até o dia 21 de março de 2024, data na qual o Supremo reviu seu próprio entendimento e vetou a revisão.

Antes do veto, uma decisão



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

PARA QUEM ABASTECE

No caso do MCMV Rural, há recursos para construção ou reforma de moradias de agricultores com renda familiar bruta anual de até R\$ 50 mil. O programa - que também atende comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas - viabiliza que os agricultores construam casas em terrenos onde moram.

A presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Vânia Marques, ressalta que a modalidade Rural do MCMV é extremamente impactante. Segundo a representante da Contag, ain-

da é comum nessas regiões a falta de eletricidade, de estradas asfaltadas e de políticas públicas mais acessíveis.

Para a liderança, a iniciativa faz justiça social. “Porque somos nós que carregamos diariamente uma missão estratégica para a nação. Somos nós que produzimos alimentos saudáveis. Somos nós que abastecemos a mesa do povo brasileiro.”

ALMA DO PROGRAMA

As entidades representativas de movimentos rurais e de movimentos de moradia participaram de solenidade para o anúncio do financiamento com a pre-

sença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, em Brasília.

“Vocês que estão aqui hoje são a alma desse programa. São os verdadeiros protagonistas que fazem com que essas casas cheguem à população e às famílias que mais precisam”, disse Lula.

O presidente da República assinalou que o anúncio da construção de novos imóveis atende à demanda dos movimentos sociais, e pediu que esses sejam atuantes na execução do programa. “O que vocês cobram não é injusto. Vocês sabem que fomos eleitos para cumprir o que programamos.”

do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também garantiu aos aposentados o direito à revisão.

VOTOS

Ao rejeitar o recurso da CNTM, o relator do caso, ministro Nunes Marques, disse que o recurso pretende rediscutir matéria que já foi exaustivamente debatida.

“Não conheço dos quartos embargos de declaração opostos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Considerando também que a questão já foi exaustivamente deliberada por este tribunal, determino a certificação do trânsito em julgado e o arquivamento imediato”, votou o ministro.

O voto do relator foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Flávio Dino e Luiz Fux.

Dias Toffoli apresentou voto favorável à revisão. Para o ministro, o direito deve ser reconhecido para processos ajuizados entre 16 de dezembro de 2019, data

da decisão do STJ, e 5 de abril de 2024, data de publicação da decisão do STF na ADI 2.111.

MUDANÇA

Em março de 2024, o STF derubou o entendimento da própria Corte que autorizou a revisão da vida toda de aposentadorias do INSS.

A reviravolta do caso ocorreu durante o julgamento da ação de inconstitucionalidade contra a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991).

Por 6 votos a 5, o STF decidiu que os aposentados não têm direito de optarem pela regra mais favorável para recálculo do benefício.

A mudança de entendimento ocorreu porque os ministros julgaram a ação, e não o Recurso Extraordinário 1.276.977 no qual os aposentados ganharam o direito à revisão.

Em 2022, quando o Supremo estava com outra composição plenária, foi reconhecida a revisão da vida toda, permitindo

que aposentados que entraram na Justiça pudessem pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

O STF reconheceu que o beneficiário poderia optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal, cabendo ao aposentado avaliar se o cálculo de toda vida pode aumentar ou não o benefício.

Segundo o entendimento, a regra de transição feita pela reforma da Previdência de 1999, que excluía as contribuições anteriores a julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, pode ser afastada caso seja desvantajosa ao segurado.

Os aposentados pediram que as contribuições previdenciárias realizadas antes de julho de 1994 sejam consideradas no cálculo dos benefícios. Essas contribuições pararam de ser consideradas em decorrência da reforma da Previdência de 1999, cujas regras de transição excluía da conta os pagamentos antes do Plano Real.

FORÇAS DE SEGURANÇA

Programa contra crime organizado causa R\$ 1,6 bi de prejuízo a facções

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Em 30 dias, as operações integradas das forças de segurança federais, estaduais e municipais por meio do Programa Brasil Contra o Crime Organizado causaram um prejuízo estimado de 1,6 bilhão para as organizações criminosas.

O programa foi lançado no mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro balanço foi divulgado pe-

lo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) na quinta-feira passada.

As ações também resultaram na prisão de 7.961 acusados e na apreensão de 82,5 toneladas de drogas. O trabalho do ministério também alcançou o bloqueio de R\$ 523 milhões em bens de acusados que pertencem ao crime organizado.

Os números foram alcançados a partir da realização de 11 operações estratégicas, que uti-

lizaram 9.964 agentes de segurança.

Na avaliação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, o programa representa uma mudança de paradigma na política de segurança pública.

“O Brasil está construindo uma estratégia permanente de combate ao crime organizado. Não estamos falando apenas de operações policiais, mas de um esforço nacional para enfraque-

cer financeiramente as facções, combater o tráfico de armas e drogas, fortalecer as investigações e recuperar territórios para o Estado e para a população”, comentou.

O programa Brasil Contra o Crime Organizado prevê investimento de R\$ 11 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão do Orçamento da União e R\$ 10 bilhões via empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os estados.

AJUDA FINANCEIRA

Governo amplia crédito para motociclistas de aplicativos

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o programa Move Motos, lançado nesta sexta-feira, fará com que os motociclistas de aplicativo deixem de ser "a última força de trabalho considerada invisível" neste país.

Ao lado de outras políticas voltadas à garantia de direitos para esses profissionais, disse Lula, eles passarão a ser tratados como cidadãos e cidadãs.

O Move Motos é uma linha de crédito para motociclistas de aplicativos que desejam financiar ciclomotores, motonetas, motocicletas e bicicletas elétricas produzidas no Brasil ou com projeto de investimento voltado à produção no país.

Ele segue os mesmos moldes do Move Aplicativos, que tem como público-alvo motoristas de aplicativos e taxistas interessados em financiar carros.

Essas linhas de crédito são uma expansão do Move Brasil, criado para viabilizar a renovação de frotas no país, por meio de facilidades de financiamento.

OUTROS BENEFÍCIOS

O financiamento inclui a possibilidade de aquisição de seguro para garantir o pagamento da dívida, para o caso de imprevistos que impeçam o contratante de continuar pagando o financiamento (seguro prestamista).

Também está previsto financiamento de capacetes, bem como para a aquisição de baterias pontos de carga elétrica. Tudo será disponibilizado a partir da plataforma oficial gov.br/movebrasil.

Durante o evento, no Palácio

do Planalto, Lula afirmou que a presença dos trabalhadores simboliza uma mudança de reconhecimento.

"Hoje, pela presença de vocês aqui no Palácio, nós estamos completando possivelmente a última força de trabalho considerada invisível neste país, que agora está deixando de ser invisível e passa a ser tratada como cidadã e cidadão de primeira classe", disse o presidente.

Durante a cerimônia, Lula demandou ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 30 dias, se organizem de forma a preparar seus funcionários para atenderem, de forma proativa e sem burocracia, os interessados em obter financiamentos para adquirir seus veículos.

Lula incentivou os trabalhadores a acompanharem a implementação do programa.

"Vocês agora têm que andar de cabeça erguida e dizer que não são mais invisíveis. Estão aqui para serem enxergados. Se não estiver dando certo, procurem o governo, procurem os bancos", afirmou.

O presidente defendeu também campanhas de educação no trânsito para melhorar o relacionamento entre motoristas e motociclistas.

JUROS

Segundo o Planalto, a taxa a ser cobrada para financiamento dos veículos será de 12,5% ao ano, o que corresponde a 0,99% ao mês para homens e 0,91% ao mês para mulheres.

O financiamento será de 100% do valor do veículo, o que possibilita a aquisição sem necessidade de pagamento de entrada.

Para acessar o financiamento, estão previstos alguns requisitos mínimos, como seis meses de cadastro na plataforma oficial, e no mínimo, 100 corridas realizadas. Para os profissionais celetistas, são necessários seis meses de exercício na atividade.

Após o cadastro, o trabalhador será informado se atende às condições de participação. A partir de 13 de julho, os profissionais que receberem a confirmação poderão procurar a Caixa, o Banco do Brasil ou instituições financeiras habilitadas para análise de crédito e contratação do financiamento.

Está prevista também que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal criem um calendário de feirões a partir de 13 de julho, em polos específicos, com a participação de concessionárias e instituições financeiras interessadas em fazer negócios.

BOULOS

Mais cedo, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, havia antecipado alguns pontos do Move Motos. Ele lembrou que a linha oferece condições mais vantajosas que as praticadas no mercado.

"Hoje o juro médio para comprar moto está em 27% ao ano, mas conseguimos chegar a 12,5% ao ano, que é menos da metade do juro na concessionária", disse o ministro.

Além disso, acrescentou, haverá período de carência de dois meses, que na prática pode chegar a três. "Quem comprar a moto em julho, por exemplo, começa a pagar apenas em outubro", explicou.

Boulos ressaltou que motoristas com restrição de crédito

não poderão aderir inicialmente, mas poderão recorrer ao programa Desenrola para regularizar a situação e, assim, se habilitar ao financiamento.

Ele lembrou que, durante a pandemia, esses trabalhadores que faziam entregas nas residências eram considerados heróis. No entanto, passaram a ser discriminados. "Inclusive deixaram de ter seus direitos garantidos".

MOVE BRASIL

No primeiro dia de operações, R\$ 3,2 bilhões em crédito foram contratados pelo Move Brasil, dos R\$ 21,2 bilhões colocados à disposição pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por operar os recursos. No caso do Move Máquinas Agrícolas, R\$ 10 bilhões estão à disposição para micro e pequenos empreendedores.

MOVE APLICATIVOS

No caso do Move Aplicativos, 740 mil profissionais já atenderam aos requisitos para acessar a linha de financiamento com as condições mais favoráveis. A análise de crédito e contratação com os bancos começa em 19 de junho.

O governo federal abriu crédito extraordinário de R\$ 30 bilhões para a compra de veículos por motoristas de táxi e de aplicativo. Os recursos serão repassados pelo Ministério da Fazenda ao BNDES, que também vai operacionalizar a medida.

Para se habilitar, o motorista precisa preencher cadastro na plataforma gov.br/movebrasil. Em um prazo de até cinco dias após o cadastro, o trabalhador será informado se poderá participar do programa.

IPEM

Tecnécio-99: o que é o material radioativo envolvido em incidente

ADRIANA VICTORINO/AE

A confirmação de um incidente envolvendo traços de tecnécio-99 no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), em São Paulo, levantou dúvidas sobre o elemento químico, seus usos na medicina e os riscos à saúde. Segundo a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o caso ocorreu durante a retirada de sensores biológicos de uma máquina de esterilização utilizada no processo produtivo de um radiofármaco.

A Universidade de São Paulo (USP), responsável pelo campi da Cidade Universitária, e o Ipen não responderam às tentativas de contato do Estadão.

O 2º vice-presidente do Conselho Federal de Química, Wilson Botter, explicou que o tecnécio é um elemento químico radioativo utilizado principalmente na medicina diagnóstica.

"Ele é um elemento radioativo e artificial da tabela. Existe natural também, mas esse que nós usamos é produzido artificialmente a partir do molibdênio." Segundo Botter, o molibdênio também é radioativo e, ao emitir radiação, transforma-se em tecnécio. O processo faz parte da chamada desintegração radioativa, fenômeno em que um elemento químico se converte em outro ao liberar energia.

MEDICINA

De acordo com o especialista, uma das principais características do tecnécio é seu curto tempo de meia-vida, duração de apenas 6 horas. Segundo Botter, isso significa que a substância perde rapidamente sua atividade radioativa, característica que favorece seu uso em exames médicos.

O elemento é empregado principalmente em cintilografia,

fias, exames que permitem visualizar órgãos e tecidos por meio da emissão de radiação detectada por equipamentos específicos.

O especialista explica que o tecnécio é associado a substâncias que possuem afinidade com determinados órgãos ou tecidos. Após a aplicação no paciente, a radiação emitida pelo elemento é captada por detectores e processada por softwares capazes de gerar imagens do local examinado.

"Você injeta o tecnécio no organismo, esse tecnécio vai estar ligado a uma molécula que os ossos, quando é cintilografia óssea, ou o coração, quando é um exame cardiológico, têm afinidade."

RISCOS DA EXPOSIÇÃO

Botter afirma que materiais radioativos podem causar danos ao organismo quando há exposição suficiente para afetar células e moléculas do corpo. "Essa energia pode aquecer o material, pode destruir ligação química." Segundo ele, em situações mais intensas, a radiação pode provocar alterações celulares e até mutações no DNA.

"Quando você altera a estrutura do DNA dentro da célula, essa célula pode começar a produzir uma célula mutante, porque ela tem um DNA diferente, e essa célula mutante a gente chama de câncer."

Apartir disso, o especialista afirma que a gravidade dos efeitos depende da intensidade da exposição, da quantidade de material envolvida e do tempo de contato.

"Mas veja, essa radiação do tecnécio é de baixa energia, são raios gama, e não para você ter uma ação muito intensa de produzir a mesma situação que aconteceu com o urânio em Goiânia, você precisa de alta exposição, alta exposição, uma dosagem muito grande."

DOENÇA

SP descarta segundo caso suspeito de ebola em paciente brasileira

HELOÍSA SCOGNAMIGLIO E GEOVANNA HORA/AE

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) descartou nesta sexta-feira, o segundo caso suspeito de ebola registrado no Estado neste ano. A confirmação veio após análises laboratoriais realizadas pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL).

A paciente é brasileira, tem 31 anos e afirmou ter viajado a trabalho para a província de Kivu do Norte, no leste da República Democrática do Congo. Ela retornou ao Brasil no último sábado, 6, e começou a apresentar sintomas como diarreia e febre na terça-feira passada.

A mulher procurou atendimento em um hospital particular da capital e, posteriormente, foi transferida para o Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER), referência nacional para casos suspeitos ou confirmados da doença. Ela permanece internada no IIER, com evolução clínica favorável e em tratamento para gastroenterocolite aguda, informou a secretaria.

A SES diz que iniciou a in-

vestigação, por meio da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD) e do Centro de Vigilância Epidemiológica Professor Alexandre Vranjac (CVE-SP), porque a paciente preencheu os critérios de definição de caso suspeito, devido ao histórico de viagem a país com áreas de transmissão da doença e sintomas apresentados.

No início do mês, São Paulo descartou o primeiro caso suspeito de ebola deste ano. O paciente era um congolês de 37 anos. As análises realizadas pelo IAL detectaram Neisseria meningitidis, bactéria causadora da meningite meningocócica.

A pasta disse que intensificou as ações de vigilância epidemiológica após o registro do primeiro caso suspeito, incluindo um treinamento online para profissionais de saúde e atualização da Nota Informativa Conjunta sobre o vírus.

"A atualização do documento reitera que o risco de introdução da doença no Brasil e na América do Sul permanece classificado como muito baixo", afirmou a pasta.

DELAÇÃO

Alcolumbre teria recebido propina de US\$ 30 milhões do Banco Master

A segunda proposta de delação premiada do banqueiro Daniel Vorcaro teria, segundo relato da revista Veja, uma acusação de pagamento de propina ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Um dos temas que o dono do Banco Master teria oferecido aos investigadores para fechar o acordo menciona uso de conta no exterior para repassar recursos ao senador do Amapá.

De acordo com a revista, o banqueiro teria feito um pagamento de US\$ 30 milhões, o equivalente hoje a cerca de R\$ 153,5 milhões. A cifra fora depositada numa conta secreta e repassada a Alcolumbre em troca de apoio para assuntos de interesse de Vorcaro. A revista Veja diz que a operação financeira foi feita por Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro.

Na quinta-feira passada, a Polícia Federal enviou ao Supremo Tribunal Federal manifestação informando ter rejeitado a proposta de delação de Vorcaro. O conteúdo da proposta de acordo do banqueiro ainda está em análise na Procuradoria Geral da República. O procurador-geral,



Paulo Gonet, orientou à sua equipe analisar o material com cautela e não tem um prazo definido para finalizar essa análise.

Outro capítulo do acordo de delação, conforme divulgado pela revista, seria destinado a falar sobre negócios do Master com integrantes do governo da

Bahia. O citado é o ex-ministro e ex-governador baiano Rui Costa. Não há referência sobre pagamento de propina, mas haveria promessa de relato do banqueiro sobre como ele manteve em funcionamento um sistema de empréstimo consignado vinculado à folha de pagamento

dos servidores estaduais.

A primeira proposta apresentada por Vorcaro havia sido rejeitada em 20 de maio. Na ocasião, a PF rejeitou o material, mas a PGR demonstrou disposição em dar prosseguimento às negociações e receber complementos.

de março, ele obteve autorização para permanecer em prisão domiciliar humanitária monitorada pelo prazo de 90 dias devido à situação grave de saúde. Na época, ele foi internado com uma broncopneumonia. Em maio, Bolsonaro foi submetido a uma cirurgia no ombro direito. Agora, a tendência é que Alexandre de Moraes, o relator do processo, renove o período do ex-presidente em casa. Ainda segundo o relatório médico, o ex-presidente deve realizar uma série de exames - entre eles, uma endoscopia digestiva - para investigar a função do esfíncter esofágico inferior e analisar a presença de esofagite crônica. O boletim também registra que Bolsonaro mantém queixas de cansaço e fadiga ao realizar esforços médios, além de oscilações no equilíbrio corporal.

Nota

BOLSONARO DEVE SER MANTIDO EM PRISÃO DOMICILIAR POR PROBLEMAS DE SAÚDE

O ministro Alexandre de Moraes deve renovar a temporada de Jair Bolsonaro em prisão domiciliar diante de um relatório médico que registrou a piora no quadro de saúde do ex-presidente, segundo integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF). Documento enviado nesta semana pela equipe médica ao tribunal informa que os episódios de soluço de Bolsonaro pioraram nos últimos dias. Foi necessário administrar doses elevadas de medicamentos, no "limite terapêutico de segurança". Bolsonaro foi condenado pelo STF a uma pena de 27 anos e três meses por tentativa de golpe de Estado. No fim

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

PARCERIAS

Canadá e França assinam acordo de cooperação antes do G7

LETÍCIA ARAÚJO/AE

O primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, e o presidente da França, Emmanuel Macron, firmaram acordos de cooperação em diversos setores após uma reunião nesta sexta-feira, pouco antes da cúpula do G7 nessa segunda-feira. O encontro acontece diante das tensões entre Carney e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, antes da revisão do acordo comercial entre o Canadá, EUA e México, o USMCA.

De acordo com a Bloomberg, Carney e Macron concordaram em aprofundar a cooperação em defesa e indústria, além de firmar um acordo para compartilhar informações confidenciais nos setores de defesa, espaço, inteligência artificial (IA) e aeroespacial.

O líder canadense afirmou que tanto o Canadá quanto a França "estão determinados a agir dessa forma para fortalecer nossa autonomia estratégica em um mundo dominado por potências hegemônicas", enquanto Macron disse que os

dois países "compartilham a mesma visão de mundo".

Mark Carney, que já criticou Trump e a postura dos Estados Unidos no passado, deve adotar tom mais moderado na cúpula do G7, que começa na próxima segunda-feira em Paris.

Daqui a pouco mais de um mês, no dia 1º de julho, deve acontecer a revisão do acordo USMCA, que enfrenta resistência do presidente americano. Na quarta-feira, Trump declarou não ter interesse em renovar o USMCA, indicando insatisfação com os parceiros. Contudo, o tratado é extremamente importante para a economia canadense, levando em conta que cerca de 70% das suas exportações são destinadas aos EUA.

Diante das tarifas impostas pelos EUA, o Canadá estabeleceu a meta de dobrar as exportações para fora do país americano na próxima década. O Representante Comercial dos EUA (USTR), Jamie Greer, afirma que as medidas retaliatórias do Canadá são um grande problema nas negociações.

PAQUISTÃO

Ministro propõe orçamento com 18% de aumento para defesa



WIKIPÉDIA

O ministro das Finanças do Paquistão, Muhammad Aurangzeb (foto), apresentou nesta sexta-feira, o novo orçamento do governo aos legisladores, um projeto que aumenta os gastos com defesa em 18% enquanto reduz o financiamento para programas de desenvolvimento e oferece alívios fiscais modestos para trabalhadores assalariados.

A proposta destaca as dificuldades do governo do primeiro-ministro, Shehbaz Sharif, em lidar com o crescimento lento, altos custos de vida e incertezas em meio a tensões regionais e à guerra no Oriente Médio.

O Paquistão emergiu como um mediador chave para trazer o Irã e os Estados Unidos à mesa de negociações em esforços para resolver a guerra em andamento. As negociações estagnaram, embora um cessar-fogo ténue esteja em vigor.

O Paquistão também está envolvido em um conflito com o vizinho Afeganistão, acusando Cabul de abrigar militantes paquistaneses que estão lutando contra o governo em Islamabad - uma acusação que

Cabul nega. Centenas de pessoas foram mortas desde que os combates reacenderam em fevereiro.

Aurangzeb disse ao Parlamento que, sob o novo orçamento, o gasto total atingiria 18,77 trilhões de rúpias (US\$ 67,49 bilhões), um ligeiro aumento em relação ao ano passado.

O ano fiscal de 2026-27 do Paquistão começa em 1º de julho. Os legisladores votarão a proposta ainda este mês.

Aurangzeb afirmou que o governo está visando um crescimento econômico de 4% e uma inflação de 8,2% para o próximo ano, embora as pressões sobre os preços permaneçam uma grande preocupação para as famílias já pressionadas por anos de aumento de custos.

O orçamento segue de perto as condições do programa de US\$ 7 bilhões em andamento do Paquistão com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem pressionado por maiores receitas, tributação mais ampla e reformas estruturais para reduzir déficits fiscais crônicos.

G7

Governo Lula não vê razão para pedir reunião com Trump

FELIPE FRAZÃO/AE

Integrantes do governo brasileiro afirmam que um eventual encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, somente ocorrerá no G7, na França, de maneira informal, sem espaço para discussões substantivas.

Segundo conselheiros do presidente brasileiro, até esta sexta-feira, não houve um pedido de encontro por parte do Palácio do Planalto, tampouco da Casa Branca, para que eles voltem a se reunir.

O governo Lula não enxerga espaço para discutir temas conflitantes da agenda bilateral na reunião do G7, nem para reverter a classificação das organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como terroristas ou bloquear a proposta dupla de novo tarifaço sobre exportações com base na Seção 301, um de 25% por supostas práticas desleais e outra de 12,5%, relacionada ao trabalho forçado.

O governo não vê sentido ou motivação política para uma nova interação agora e descarta que Trump possa mudar de rota de decisões de governo discutidas há meses e recentemente oficializadas, apenas por uma conversa dos dois líderes.

Segundo um conselheiro do presidente, não seria realista contar com essa mudança e não existe necessidade de uma reunião agora. Ele diz que seria uma desmoralização para Trump retirar a designação das

facções e que Lula não pode agora "suplicar" por uma revisão, mas continuar a cooperação técnica entre polícias e estruturas de segurança pública.

Além disso, o prazo administrativo estabelecido pelo Representante Comercial da Casa Branca (USTR) para negociações vai até 15 de julho e continuam em andamento contatos comerciais em nível técnico. Por isso, o Palácio do Planalto entende que Trump responderia apenas que vai aguardar o fim das tratativas comerciais.

Uma nova reunião política de status ministerial, entre o ministro Márcio Elias Rosa (Mdic) e o embaixador Jamie Greer (USTR), estava prevista para esta semana e deve ocorrer em breve para discutir setores e tarifas.

Segundo integrantes do governo, até agora não houve uma decisão de discutir tarifas específicas, como a do etanol, cujas lideranças se reuniram com Lula nesta semana. Nas reuniões anteriores, o governo indicou áreas em que poderia negociar a tarifa.

O governo brasileiro nega, por isso, que tenha tomado providências para antecipar a viagem do presidente para o dia 14, a fim de encontrar Trump. O petista deve chegar à França na tarde do dia 15.

A Presidência da República diz que a chegada de Trump, estimada pela organização francesa, deve ser ocorrer após a do próprio Lula, no dia 15 à noite - o republicano celebra aniversário no dia 14.

O que pode ocorrer em

Évian-les-Bains, cidade dos Alpes que sedia o G7, é apenas uma espécie de "tombada" nos corredores ou na sala das reuniões de líderes, porque ambos devem compartilhar o mesmo ambiente, segundo diplomatas.

Seria algo como ocorreu na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), os "39 segundos" de "química" nos bastidores reservados aos chefes de Estado, e não uma reunião de trabalho com equipes ministeriais, como a recente visita do petista à Casa Branca, em Washington, ou ainda a reunião realizada em Kuala Lumpur, na Malásia, no ano passado.

Nesses dois encontros prévios, houve discussão detida sobre assuntos e inclusive troca de documentos e propostas dos dois lados, além de acerto de métodos e prazos para discussões de interesses da pauta bilateral.

Lula vai ter reuniões bilaterais com o presidente da França, Emmanuel Macron, e com a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi.

Há mais quatro encontros em avaliação, entre eles, com o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, e com os líderes da União Europeia, Ursula von der Leyen (Comissão Europeia) e António Costa (Conselho Europeu).

Com os europeus, Lula vai falar sobre a preocupação e pressionar por uma revisão da exclusão do Brasil como exportador de carne e produtos de origem animal ao mercado do bloco.

Com Japão e Canadá, o governo pretende discutir assun-

tos comerciais ligados ao Mercosul. O objetivo é formalizar o lançamento de uma negociação de acordo de comércio Japão-Mercosul e manter contato com vistas à conclusão das negociações do acordo Canadá-Mercosul.

Lula também participará de um almoço, no âmbito do G7, com representantes das principais big techs e chefes de Estado e de governo. O petista vai falar da proposta de regulação no País e do Eca Digital.

DISCURSO OFICIAL

O presidente se prepara para fazer ao menos dois discursos públicos, em sessões de debate dos líderes sobre desequilíbrios macroeconômicos globais e parcerias globais para o desenvolvimento.

Neles, Lula vai falar contra tarifas e decisões unilaterais, entre elas guerras e intervenções militares, e falar da necessidade de reforma das instituições internacionais.

O discurso está sendo calibrado, mas responderá a ações do governo Trump, para não demonstrar "fraqueza política". O governo entende que a resposta se justifica por causa da disputa pré-eleições e a campanha no exterior do pré-candidato e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Parte dos conselheiros do presidente recomendou que ele não use o mesmo tom mais agressivo que faz para o público interno no Brasil.

O presidente deve adotar a linguagem mais diplomática e falar contra o unilateralismo e o protecionismo

DE OLHO NA RÚSSIA

Otan avalia opções para defender Europa com menor presença dos EUA

O chefe militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) está avaliando planos alternativos para defender a Europa caso o continente seja atacado pela Rússia, após os Estados Unidos anunciarem que reduzirão o número de aeronaves e navios de guerra que forneceriam em uma crise de segurança.

O chamado Modelo de Forças da Otan é o Plano A para mobilizar as forças das 32 nações membros em tempos de paz, crise ou guerra. Ele define os recursos militares que os comandantes podem acionar em fases, ao longo dos primeiros

seis meses de qualquer conflito.

Mas, no mês passado, o Pentágono alertou seus aliados da Otan sobre a redução de seu compromisso para se concentrar em possíveis ameaças em outros lugares, principalmente da China na região do Indo-Pacífico.

A redução nos recursos militares americanos disponíveis incluiu um grupo de ataque de porta-aviões, além de vários submarinos, caças, aeronaves de patrulha marítima, aviões de reabastecimento aéreo e drones, de acordo com um oficial da Otan que não estava autorizado a tratar do assunto publicamente e falou na sexta-feira

sob condição de anonimato. No entanto, as capacidades espaciais americanas que auxiliam no direcionamento de alvos continuariam disponíveis.

Os países europeus e o Canadá aguardavam impacientemente há mais de um ano que o governo Trump detalhasse seus planos, após alertar que a Europa não era mais uma prioridade máxima de segurança dos EUA. Sabiam que haveria cortes, mas não sabiam a magnitude, a rapidez ou a natureza deles.

O general americano Alex Grynkewich, comandante supremo das forças aliadas da Otan, afirmou que "os Estados

Unidos continuam comprometidos em fornecer capacidades limitadas, porém essenciais, à aliança".

"Precisamos nos concentrar em coisas que possamos adquirir rapidamente, que possamos implantar rapidamente e que possamos ampliar rapidamente e sustentar ao longo do tempo, e isso vale tanto para incêndios de longo alcance", quanto para drones, disse Grynkewich na ILA Berlin Air Show na quinta-feira.

"Esse tipo de coisa pode nos ajudar a mitigar o risco a curto prazo, caso precisemos dissuadir e nos defender", acrescentou.

GUERRA

Memorando de entendimento EUA-Irã exige saída imediata de Israel do Líbano

O memorando de entendimento entre os Estados Unidos e o Irã exige a saída de Israel do território libanês, afirmou o membro do Hezbollah, Hussein Hajj Hassan, à Al Jazeera. A presença do Líbano nos termos do acordo foi confirmada também pelo ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araghchi.

Hassan afirmou à agência de notícias árabe que o Hezbollah não vai aceitar "o retorno ao status quo" anterior aos ataques israelenses no início de março, declarando que Israel "não tem o direito de permanecer" em território libanês. O Irã declarou "claramente" que o Líbano está incluído no memorando de entendimento com os EUA, disse Hassan.

Araghchi confirmou o relato e

afirmou que o acordo deve declarar o fim da guerra em todas as frentes. "O fim da guerra no Líbano significa a retirada de Israel das áreas ocupadas", frisou, em entrevista à TV estatal do Irã no fim da tarde desta sexta-feira, 12.

Durante a tarde, o presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Bagher Ghalibaf, declarou que os compromissos assumidos devem ser cumpridos, em uma publicação no X. "Sem 'se', sem 'mas', sem desculpas. Para o negócio fechado que temos pela frente, não há outro caminho".

ARAGHCHI

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, afirmou em entrevista à TV estatal iraniana que o país vai garantir a passagem segura de navios

pelo Estreito de Ormuz após o acordo com os Estados Unidos. A declaração ocorre em meio a discussões sobre um memorando de entendimento (MoU, na sigla em inglês) que, segundo ele, será o primeiro passo para um acordo mais amplo.

"A gestão do Estreito de Ormuz não voltará ao período anterior à guerra", disse o chanceler iraniano durante a entrevista.

Araghchi disse que o MoU terá 14 artigos e que, após sua assinatura, o Irã pretende iniciar negociações para um acordo "final e definitivo". De acordo com o chanceler, o texto deverá declarar o fim da guerra "em todas as frentes", incluindo o Líbano.

"O fim da guerra no Líbano significa a retirada de Israel das áreas ocupadas", acrescentou

Araghchi.

O ministro também afirmou que os ativos financeiros iranianos congelados no exterior fazem parte do entendimento em discussão. Sobre o programa nuclear, Araghchi disse que o "único destino possível" do urânio é diluí-lo dentro do território iraniano, o que vai na contra-mão das últimas declarações do presidente americano Donald Trump.

"A questão nuclear e a suspensão das sanções contra o Irã foram adiadas para a segunda etapa, e está previsto um período de 60 dias de negociações para tratar desses temas", explicou.

Na entrevista, o chanceler declarou ainda que a República Islâmica do Irã "saiu vitoriosa" do conflito no Oriente Médio.